

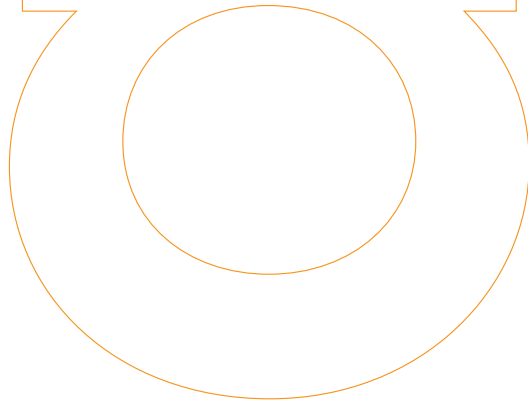
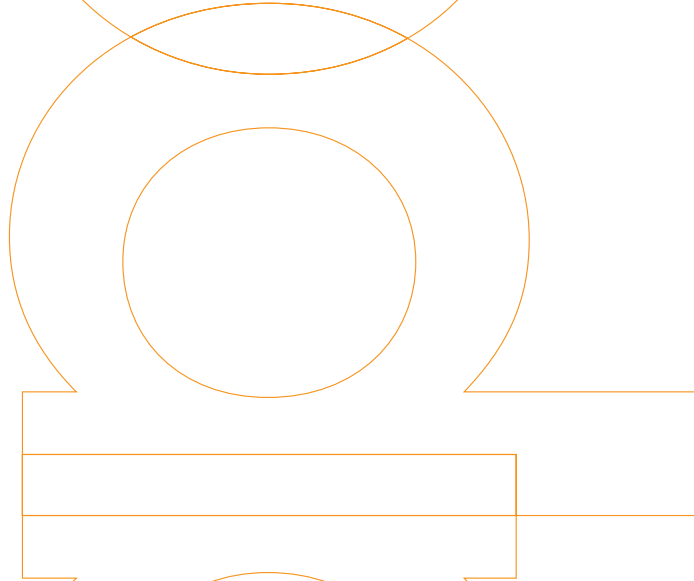
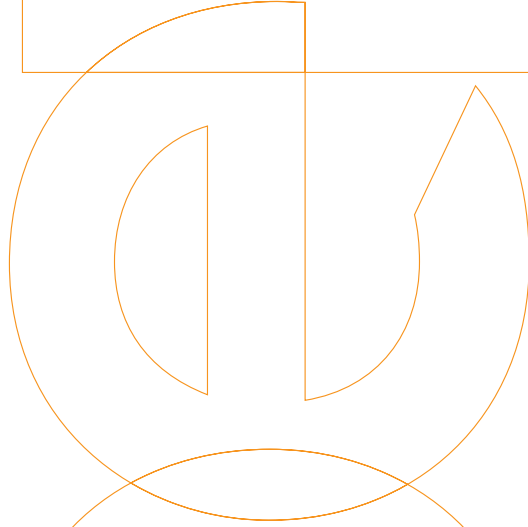


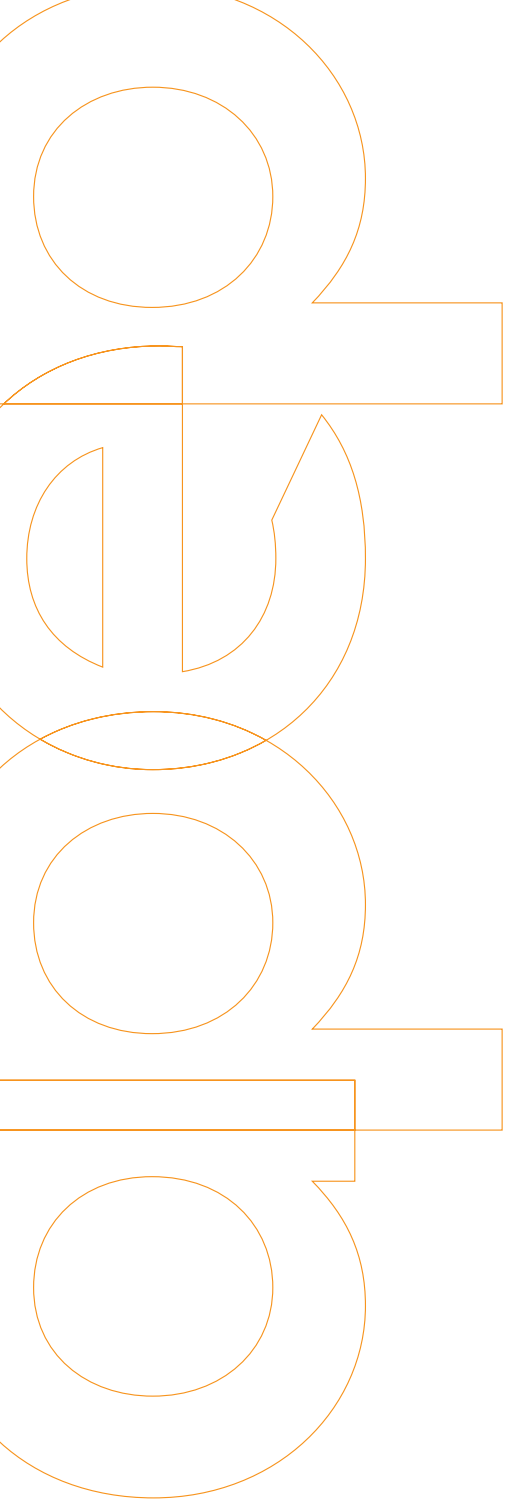
Relatório de Atividades

2025



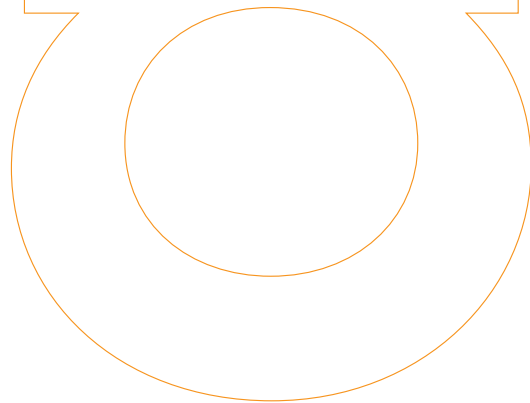
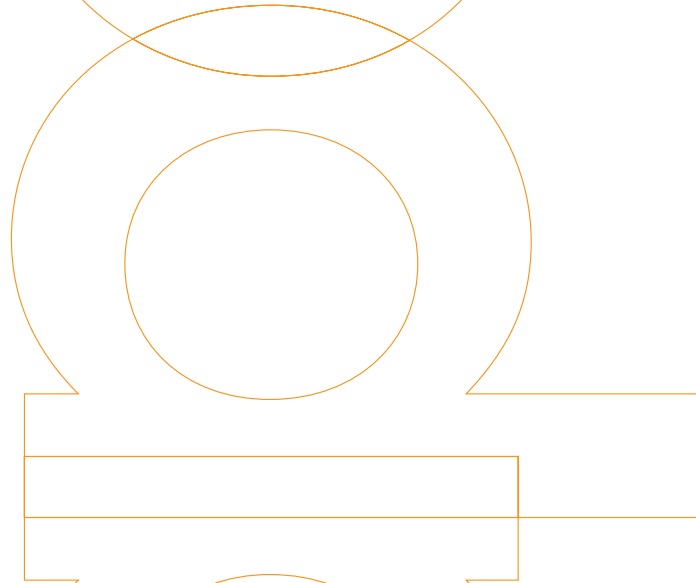
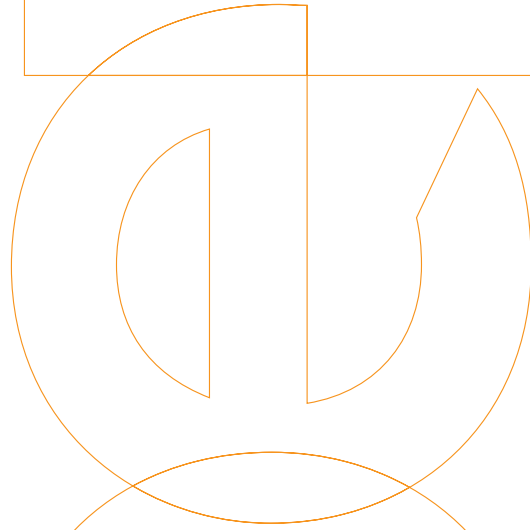
Associação dos Fundos
de Pensão e Patrocinadores
do Setor Privado

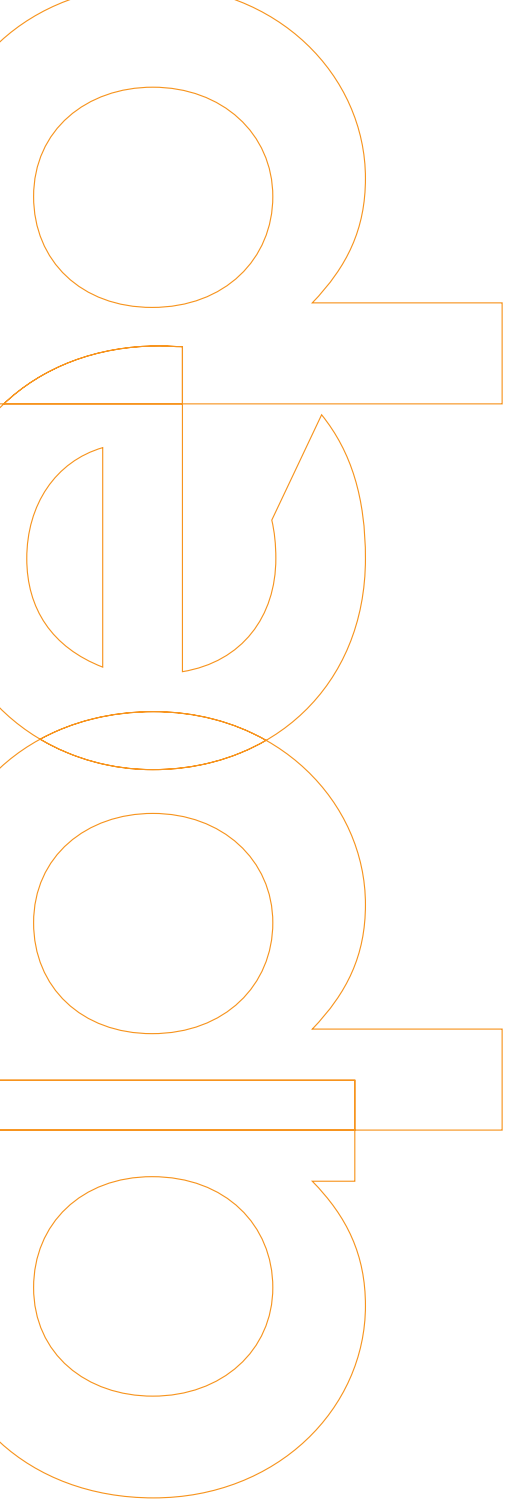




Sumário

ABERTURA.....	5
1. AÇÕES INSTITUCIONAIS E REPRESENTATIVIDADE SETORIAL.....	6
2. EVENTOS, SEMINÁRIOS E WEBINARS	12
3. SQUADS E PRODUÇÃO TÉCNICA.....	19
4. BASE ASSOCIATIVA E EXPANSÃO	20
5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS.....	20
6. TRANSIÇÃO DE GOVERNANÇA E NOVA DIRETORIA ENCERRAMENTO.....	21
ENCERRAMENTO.....	23





ABERTURA

O exercício de 2025 consolidou a APEP como um protagonista estratégico na defesa, promoção e aprimoramento do sistema de previdência complementar fechada no Brasil. Em um cenário marcado por constantes transformações regulatórias e pela crescente importância da agenda de longevidade e sustentabilidade, a Associação intensificou sua interlocução com os órgãos reguladores e o Poder Legislativo, promoveu debates de alto nível técnico e fortaleceu sua governança.

Este relatório detalha as principais ações institucionais, contribuições regulatórias e iniciativas técnicas que balizaram a atuação da APEP ao longo de 2025.

1. AÇÕES INSTITUCIONAIS E REPRESENTATIVIDADE SETORIAL

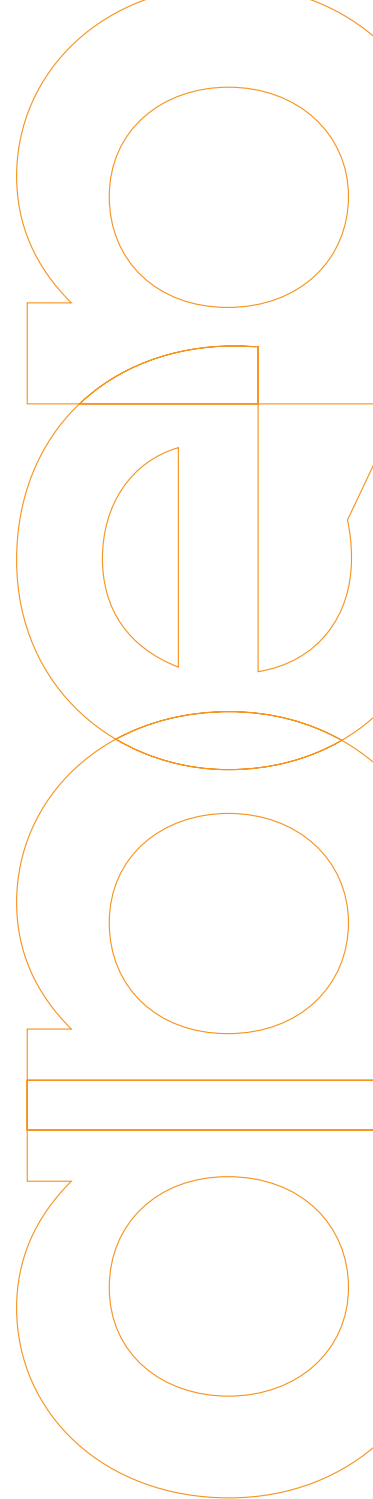
A APEP exerceu papel ativo e estratégico junto aos órgãos reguladores e instâncias de formulação de políticas públicas, com destaque para:

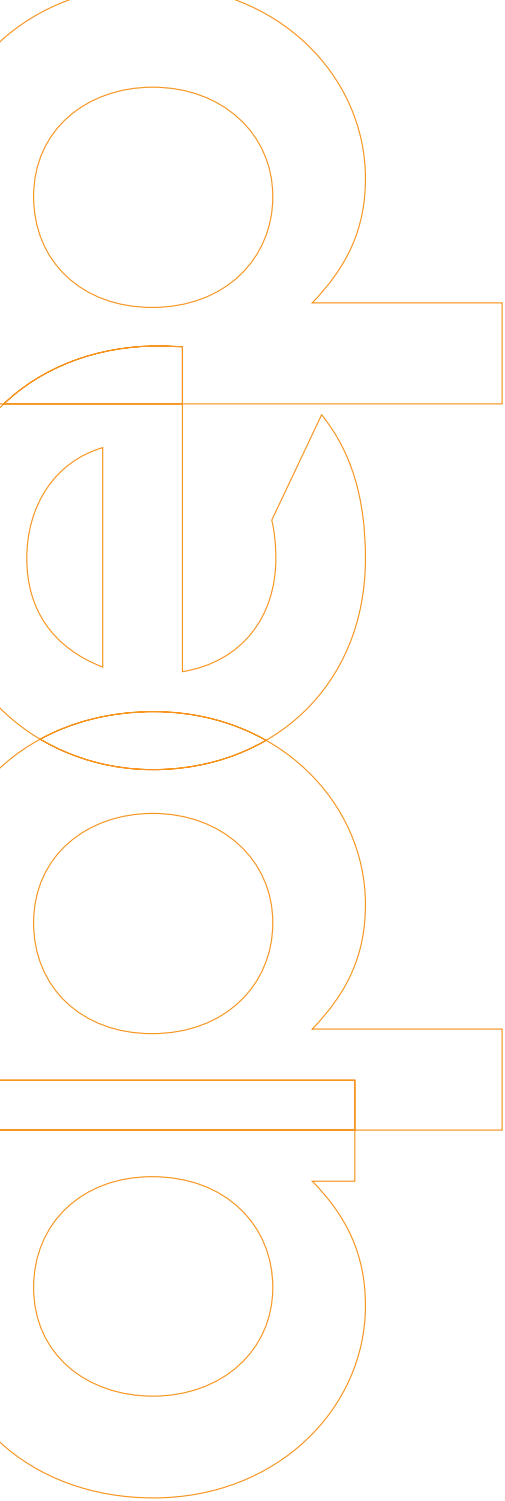
- Interlocução permanente com o Ministério da Previdência Social e a Previc
- Participação em discussões no âmbito do CNPC e Comissões especializadas criadas pela Previc
- Atuação coordenada com entidades representativas do setor

1.1. Articulação Política e Frentes Parlamentares

A representatividade da APEP foi um pilar importante em 2025, evidenciada por sua atuação em eventos estratégicos da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). A presença da Associação em diferentes regiões do país reafirmou seu compromisso com o diálogo institucional e a defesa de pautas cruciais para a estabilidade e o crescimento do setor previdenciário:

- **Brasília (26 de agosto):** O vice-presidente Marcelo Bispo representou a APEP no lançamento oficial da Frente Parlamentar Mista, na Câmara dos Deputados. Este marco inicial da agenda legislativa foi fundamental para estabelecer o compromisso da Associação com a construção de um ambiente regulatório mais justo e seguro para o sistema.
- **Paraná (29 de setembro):** Durante o Encontro Regional da Frente Parlamentar Mista, o conselheiro Reginaldo Camilo reforçou a importância da descentralização do diálogo, destacando que a APEP atua de forma contínua para elevar as pautas setoriais também no âmbito regional, aproximando as EFPCs dos formuladores de políticas.
- **Minas Gerais (6 de novembro):** O presidente Herbert de Souza Andrade participou de Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais por ocasião





do lançamento estadual da Frente Parlamentar. A iniciativa sublinhou o empenho da APEP em promover um debate qualificado, buscando soluções que impulsionem a segurança jurídica e o desenvolvimento das entidades locais.

- **São Paulo (1º de dezembro):** No encerramento do ciclo de encontros na Assembleia Legislativa de São Paulo, Herbert de Souza Andrade ressaltou a importância da sinergia entre atores do segmento, afirmando que a união entre associações, instituições públicas e entidades dá densidade à agenda nacional do setor.

1.2. Interlocução permanente com o Ministério da Previdência Social e a Previc

A atuação da APEP foi marcada por uma participação técnica incisiva nos processos regulatórios, consolidando a entidade como interlocutora estratégica.

- **Agenda de Sustentabilidade (ASG):** Em julho, a APEP participou de reuniões de escuta ativa da Diretoria de Análise Técnica da PREVIC para a construção participativa de um novo normativo que visa modernizar o marco regulatório e alinhar os critérios ASG à realidade das EFPCs, respeitando a diversidade de perfis e portes das entidades. Nos encontros, a Associação defendeu a importância da flexibilidade normativa, da eficiência operacional e da previsibilidade regulatória — pilares fundamentais para que entidades de pequeno e médio porte possam implementar critérios sustentáveis sem comprometer sua viabilidade econômica, valorizando as boas práticas que muitas já adotam voluntariamente. A APEP elaborou um documento formal, consolidando todos os pleitos da Associação para a futura norma.
- **Aprimoramento Normativo:** Em novembro, a APEP foi convidada a apresentar propostas para a Resolução CNPC nº 39. O material, consolidado pelo Squad de Assuntos Jurídicos após consulta direta às associadas, buscou garantir propostas representativas. Adicionalmente, a Associação participou ativamente da Consulta Pública 01/2025/PREVIC, sobre a

reformulação da Resolução PREVIC nº 23, além de contribuir para alterações das Resoluções CNPC nº 40 e 50 e para a atualização da Resolução CNPC nº 51/22. Em todos esses processos, a APEP apresentou propostas unificadas e consistentes com a realidade operacional das entidades.

- **Defesa da Autonomia e Eficiência:** A Associação manteve posicionamento crítico frente às propostas da ANAPAR sobre a Resolução CNPC nº 51/2022, alertando para efeitos contraproducentes na oferta de planos. A APEP defendeu a autonomia contratual do patrocinador, argumentando que a legislação vigente é suficiente para proteger os direitos dos participantes e que a burocratização excessiva poderia desestimular o setor.

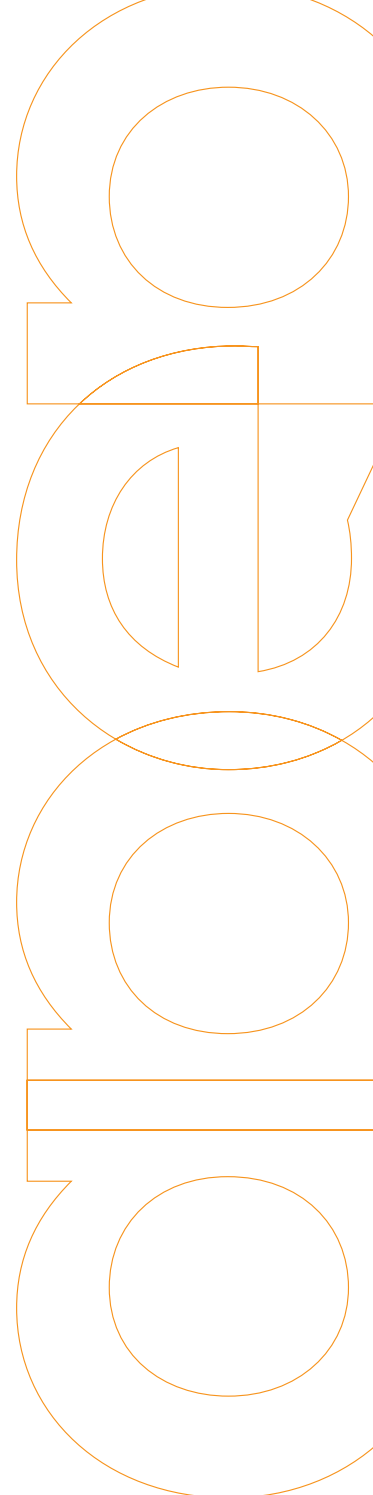
1.3. Representatividade em Conselhos e Comissões Nacionais

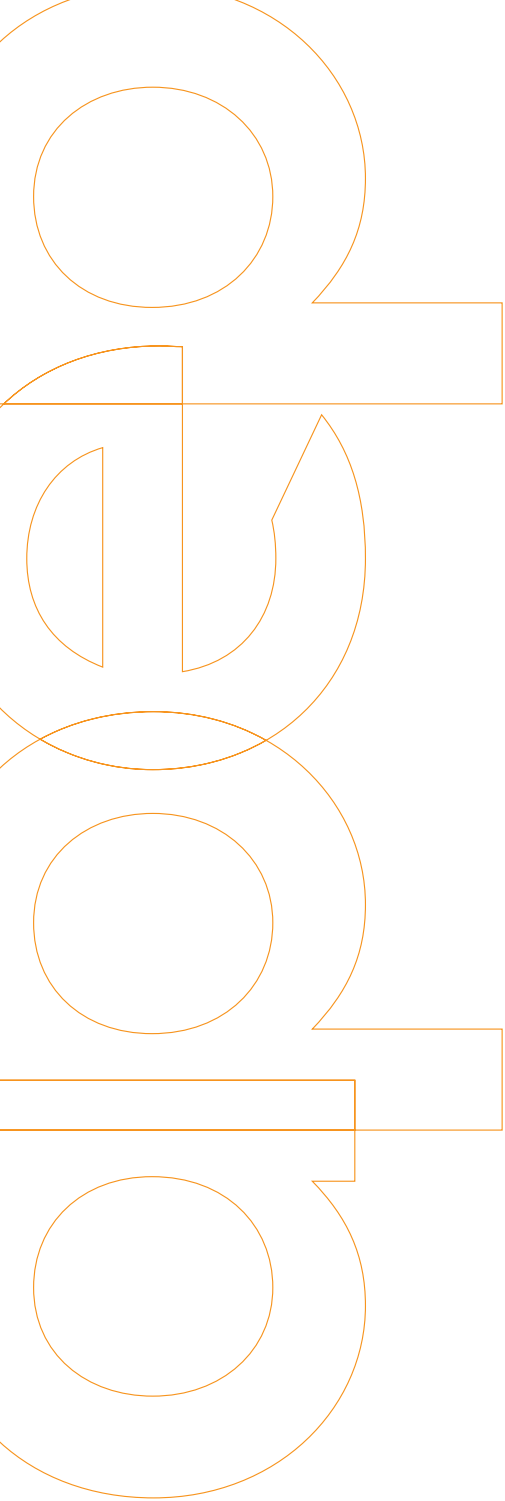
A APEP manteve sua presença estratégica nos principais colegiados que definem as diretrizes e a regulamentação do setor, assegurando que os interesses das associadas e patrocinadores privados sejam devida e tecnicamente representados. A continuidade dessas participações em 2025 reflete o papel da Associação como legítima porta-voz do segmento privado junto aos órgãos governamentais.

Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC)

Em 2025, a APEP participou ativamente da aprovação da nova Agenda Regulatória (biênio 2026-2027). O foco da nossa representação tem sido a revisão técnica de normativos centrais, como a Resolução CNPC nº 30 (parâmetros atuariais) e a Resolução CNPC nº 40 (mecanismos de solvência), sempre sob o prisma da segurança jurídica e da sustentabilidade financeira.

- Titular: Reginaldo José Camilo
- Suplente: Antonio Fernando Gazzoni





Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC)

A atuação da APEP na CRPC tem assegurado o rigor técnico no julgamento de processos administrativos do sistema. Nossa representação zela pela correta aplicação do direito e pela estabilidade das interpretações normativas, fundamentais para a segurança jurídica que é base fundamental para a operação das EFPCs e dos atos regulares de gestão de seus dirigentes.

- Titular: Ana Paula Oriola De Raeffray
- Suplente: Érika Cassinelli Palma

Comissão de Fomento da Previdência Complementar Fechada (COFOM)

Em 2025, nossa contribuição teve foco em estratégias para a democratização do acesso à previdência complementar, incluindo a simplificação de processos de adesão e o incentivo à criação de novos planos que atendam às mudanças econômicas e demográficas brasileiras.

- Titular: Fernando Antônio Pimentel de Melo
- Suplente: Herbert de Souza Andrade

Comissão Nacional de Atuária (CNA)

A APEP participou ativamente das discussões na CNA, que trouxe como pauta a revisão da Resolução CNPC nº 30/2018, relativa à apuração de resultados, destinação de superávit e equacionamento de déficit nos planos de previdência complementar operado pelas EFPC.

Além de propor critérios de faseamento e segmentação por porte e complexidade, a Associação defendeu a preservação da autonomia da governança das EFPC, a manutenção do ajuste de precificação, a adoção da metodologia Building Block Approach (BBA) para definição da taxa de juros, e a observância da proporcionalidade na destinação de superávits (ou sobras e fundos previdenciais) e no equacionamento de déficits.

- Titular: Antonio Fernando Gazzoni
- Suplente: Arthur Pires

Comissão de Monitoramento de Ações Relevantes (CMAR)

A atuação da APEP pautou-se pela apresentação de tendências regulatórias e no fornecimento de subsídios técnicos para o aperfeiçoamento da legislação setorial. O objetivo central dessa atuação foi promover a eficiência operacional das entidades, assegurando que as inovações normativas não acarretem a elevação injustificada do custo de observância.

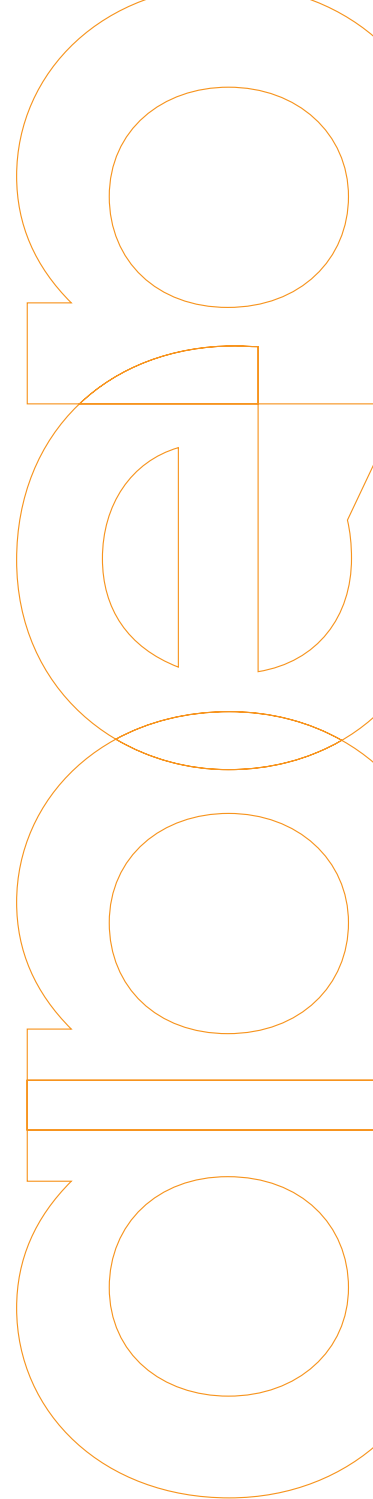
- titular: Fernando Antônio Pimentel de Melo
- Suplente: Juliano Barra

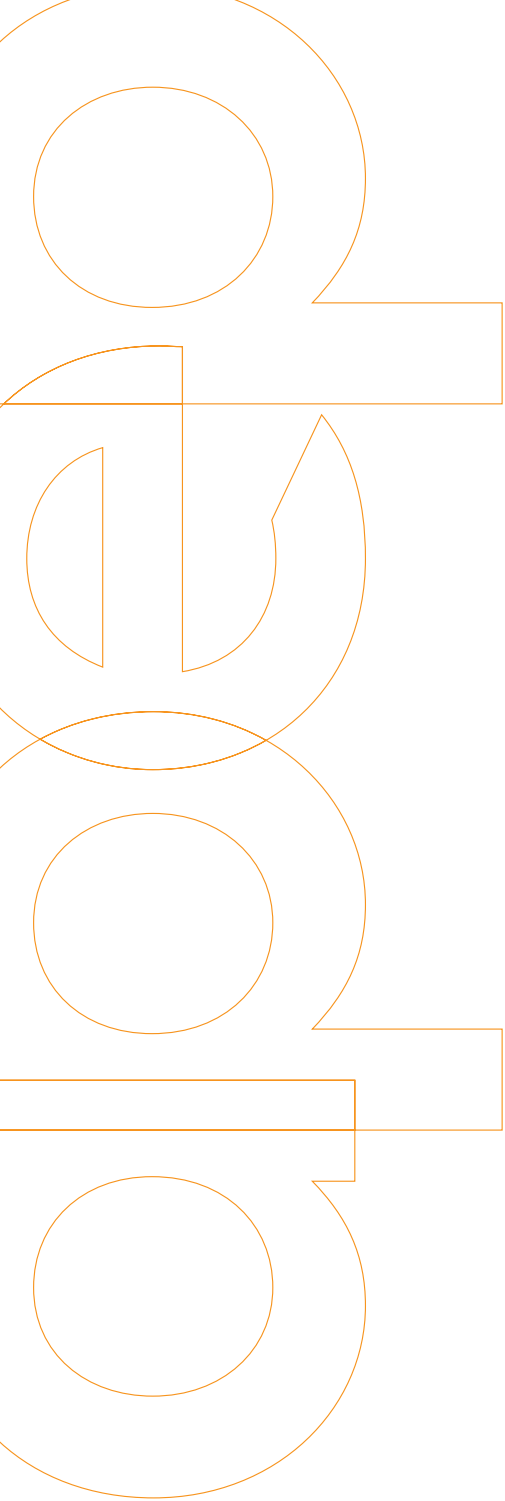
1.4. Admissão como Amicus Curiae no TST

Em 2025, a APEP consolidou sua atuação jurídica setorial ao ser admitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) como amicus curiae no julgamento do Incidente de Recursos Repetitivos (IRR) nº 1000648-06.2020.5.02.0252 (Tema 24). Este julgamento é um dos mais significativos para o segmento, pois define a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar pedidos de indenização contra patrocinadores, fundados em alegados prejuízos decorrentes de má gestão ou atos temerários de dirigentes indicados pelas empresas.

A tese em debate tem alta repercussão, uma vez que a fixação da competência trabalhista para demandas dessa natureza traria impactos severos à segurança jurídica dos patrocinadores e à previsibilidade do regime regulatório. A APEP atua nesta causa com o objetivo de oferecer subsídios técnicos e jurídicos que favoreçam uma solução equilibrada, coesa com o modelo constitucional e legal da previdência complementar fechada.

A participação da entidade visa mitigar distorções que poderiam comprometer o equilíbrio financeiro dos planos





de benefícios e gerar passivos judiciais sistêmicos. Por meio da apresentação de memoriais técnicos, a APEP qualifica o debate jurídico com argumentos sistêmicos, reafirmando seu compromisso institucional com a integridade do sistema e com a proteção da estabilidade necessária para o funcionamento das entidades e o planejamento de longo prazo de seus patrocinadores e participantes.



Em 23 de março de 2026, o Plenário do TST julgou o Tema 24, fixando que a Justiça do Trabalho não tem competência para processar pedidos de indenização contra empregadores por prejuízos em fundos de pensão fechados. A decisão alinha o TST à tese do STF (Tema 190) e traz maior previsibilidade jurídica para as EFPCs e seus patrocinadores.

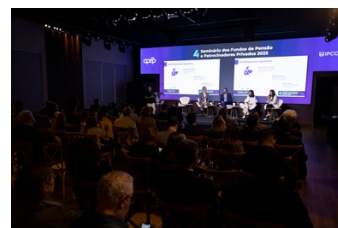
A decisão reforça que controvérsias sobre contratos de previdência complementar, equilíbrio atuarial e obrigações das entidades não cabem à Justiça do Trabalho, e que a indicação de dirigentes pelo patrocinador não basta para atrair essa competência.

2. EVENTOS, SEMINÁRIOS E WEBINARS

2.1 4º Seminário dos Fundos de Pensão e Patrocinadores Privados (13 de maio)

Organizado pela APEP em parceria com o IPCOM, o evento teve como tema central “Inovação e Sustentabilidade na Previdência Privada”. Especialistas do setor e autoridades do governo, em painéis específicos e debates rápidos, abordaram questões relativas à governança, ASG, longevidade e inovação. O renomado médico geriatra e gerontólogo Dr. Alexandre Kalache, presidente do ILC Brasil e referência global em envelhecimento, teve destacada participação ao falar sobre a “Revolução da Longevidade” e seu impacto na previdência privada.

- **Painel I – “20 anos da Resolução CGPC nº 13/2004, o que falta avançar?”:** O painel debateu a evolução normativa da resolução e suas lacunas atuais, destacando que é fundamental continuar evoluindo na governança, comunicação, educação previdenciária e gestão de riscos. Participaram: Adacir Reis, Ricardo Pena (Superintendente da PREVIC), Devanir Silva (Abrapp) e Aparecida Pagliarini (IPCOM).
- **Quick Talk I – “Por que Brasil? Uma oportunidade global em ambiente de incerteza”:** O formato abordou como o Brasil representa uma oportunidade global de investimentos previdenciários, articulando riscos e atrativos. Participaram: Fernando Monteiro (Bradesco Asset) e Guilherme Benites (Aditus).
- **Painel II – “Investimentos no Exterior: oportunidades e desafios”:** Abordou potenciais e limites da internacionalização dos portfólios, destacando diversificação geográfica e busca por retornos ajustados ao risco estrutural. Participaram: George Kerr (Vinci Compass), Gustavo Pistili (Santander Asset) e Marcelo Neves (IPCOM).
- **Quick Talk II – “Certificação – caminho para a liderança responsável”:** Discussão sobre a certificação de dirigentes como meio de elevar a transparência, profissionalização e fiabilidade na gestão. Participaram: Carolina Otsuru (FIPECAFI), Guilherme Campelo (PREVIC), Luciana Machado (FIPECAFI) e Ronaldo Gallo (IPCOM).





- **Painel III – “Práticas e Investimentos ESG: algo mudou?”:** Concluiu que há desafios para a integração efetiva de critérios ESG nos investimentos, mas a adoção consistente é caminho irreversível. Participaram: Fábio Almeida (PRI), Maria Paula Soares Aranha (PFM), João Carlos Redondo (MR Consultoria), Alcinei Cardoso Rodrigues (PREVIC) e Reginaldo Camilo (APEP).
- **Quick Talk III – “Longevidade: 100+”:** Debate sobre envelhecimento da sociedade e necessidade de modelos previdenciários sensíveis ao perfil 100+. Participaram: Alexandre Kalache e Daniel Conde (IBA).
- **Painel de Encerramento:** Abordou a economia prateada como questão ética, econômica e previdenciária, com participação de Alexandre Kalache, Wagner Balera (IPCOM) e Teresa Moreno (IBA).

2.2. Webinar “Cuidando do Futuro com Segurança” (26 de junho)

Realizado em parceria com o IPCOM, o encontro reuniu especialistas de diversas áreas para tratar de um dos temas mais críticos para a sustentabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs): a segurança da informação. O debate estabeleceu que a cibersegurança deve ser encarada não como uma pauta puramente técnica, mas como um pilar central de governança, cultura organizacional e responsabilidade institucional.

O evento contou com uma abordagem multidisciplinar sobre o panorama de riscos:

- **Riscos Interconectados:** Thiago Calçada (Mercer Brasil) apresentou o cenário global, destacando como a desinformação e a polarização social tornaram-se vetores para ataques cibernéticos, elevando o risco sistêmico.
- **Vulnerabilidades Setoriais:** Francisco Fernandes (PFM) ilustrou as fragilidades ainda presentes no ecossistema das EFPCs, apresentando exemplos práticos de invasões, vazamento de dados e tentativas de extorsão via ransomware.

- **Compliance e Cultura:** Augusto Tavares (Vivest) e Marina Fabro (Data A / MAPS+Data A) discutiram a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Reforçaram que o compliance é insuficiente sem uma mudança cultural profunda, alertando para ameaças como phishing, whaling e falhas em APIs, além da ineficiência no controle de sistemas fragmentados.
- **Gestão de Risco Cibernético:** Especialistas da WTW Brasil, como Evandro Oliveira e Ana Albuquerque, trataram o risco cibernético como um risco de negócio. Apresentaram estratégias de mitigação, fluxos de resposta a incidentes e o papel essencial do seguro cibernético. Ana Albuquerque ressaltou a premissa fundamental: “Não há risco zero, mas é possível controlar a resposta”.

O encontro também detalhou medidas práticas e urgentes, como a gestão rigorosa da relação com fornecedores, a implementação obrigatória de autenticação multifator e a necessidade de treinamento contínuo das equipes, incluindo testes práticos de simulação de ataques.

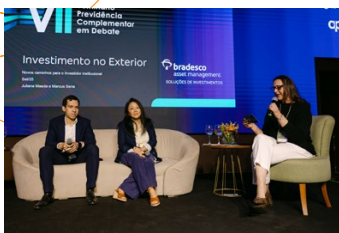
O webinar consolidou a visão de que a proteção dos dados dos fundos de pensão é a proteção das histórias, das pessoas e dos propósitos que movem o setor previdenciário brasileiro.

2.3 VII Seminário “Previdência Complementar em Debate | A Maratona da Vida” (18 de setembro)

Realizado em parceria com o IPCOM, o evento reuniu dirigentes, especialistas e autoridades para discutir o futuro do sistema frente às transformações sociais, tecnológicas e regulatórias. Inspirado em referências filosóficas (Amartya Sen, Hans Jonas, Paul Ricoeur, Martin Heidegger e Byung-Chul Han), o seminário reforçou a necessidade de pensar o sistema não apenas sob o aspecto técnico, mas como instrumento de liberdade, equidade e sustentabilidade.

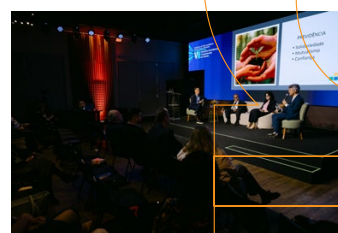
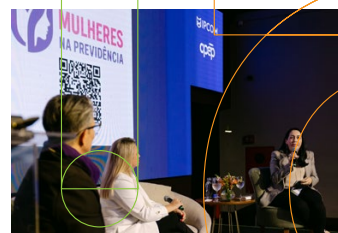
A programação foi estruturada em painéis reflexivos e espaços de diálogo prático:





- **Liberdade e Capacidades (Amartya Sen):** Moderado por José Rauén (CuritibaPrev), o painel defendeu que previdência não é apenas acumulação, mas ampliação das capacidades humanas. Carlos de Paula (Prevdata) e Fernando Pimentel (Fundação Atlântico) destacaram que a diversidade de modelos e a previsibilidade regulatória são essenciais para que a liberdade de planejar o futuro seja uma realidade, e não uma ilusão.
- **Espaço Contraponto Bradesco (Investimentos Internacionais):** Mediado por Fernanda Rinco (CP Prev), o debate abordou o cenário de juros em transição e volatilidade. Juliana Maeda e Marcus Sena (Bradesco Asset) ressaltaram que, em tempos de correlação alta entre ativos, a diversificação internacional e o uso criterioso de hedges (proteções) tornaram-se o “básico bem-feito” para a disciplina de risco.
- **Princípio de Responsabilidade (Hans Jonas):** Moderado por Arthur Pires (PRhosper), o painel explorou o compromisso intergeracional. Patrícia Ferradans (Syngenta Previ) e Sônia Consiglio (Pacto Global) enfatizaram que as decisões de investimento de hoje devem considerar impactos de longo prazo e métricas ESG robustas, assegurando um mundo viável para as futuras gerações.
- **Espaço Contraponto Mirador (Gamificação):** Natália Moreira (IBA) e Giancarlo Germany (Mirador) discutiram como a gamificação pode tornar a comunicação previdenciária mais intuitiva e atraente, transformando a complexidade em experiências engajadoras para diferentes gerações.
- **Previdência como Projeto (Paul Ricoeur):** Sob a mediação de Danilo Miranda (AGU), o painel debateu a necessidade de coerência regulatória e clareza tributária. Leandro da Guarda (PREVIC) e Patrícia Linhares reforçaram que a previdência é uma narrativa coletiva que exige estabilidade para que o participante perceba o sistema como um projeto de vida viável.

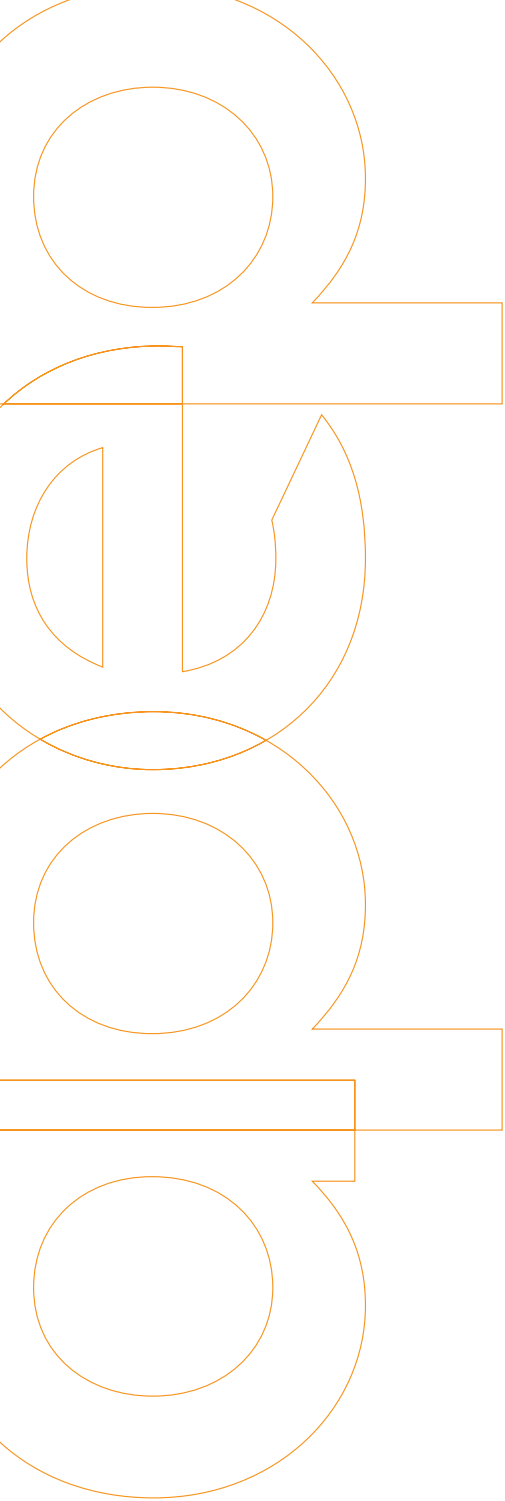
- **Protagonismo Feminino:** Com Liliana Caldeira (Sou Segura) e Andréia Roma (Editora Leader), o painel moderado por Elaine Turatti (PFM) celebrou a crescente liderança das mulheres no setor, incentivando a equidade como pilar para renovar a cultura das EFPCs.
- **Investimentos Alternativos e Antecipação (Heidegger):** Éder Carvalhaes (ECARVA), Henry Oyama (Hashdex) e Antônio D'Aguiar (BASF) debateram como a antecipação de cenários e a incorporação prudente de ativos alternativos conferem resiliência aos portfólios, permitindo desconexão e sustentabilidade de longo prazo.
- **Sociedade do Desempenho e o Direito ao Tempo (Byung-Chul Han):** No painel de encerramento, Felinto Sernache (WTW), Sylvia Lorena (CNI), Marcelo Bispo (Previnor) e Narlon Nogueira (Ministério da Previdência) refletiram sobre como a previdência pode oferecer um “respiro” contra a pressão da produtividade constante, devolvendo às pessoas o direito ao tempo e à dignidade.



Com essa trajetória de reflexões profundas, o VII Seminário consolidou-se não apenas como um evento de debate, mas como um marco na construção coletiva do futuro previdenciário brasileiro, reafirmando a previdência complementar como um projeto de vida sustentável, humano e profundamente conectado com as necessidades das futuras gerações.

2.4 Webinar Horizontes APEP - Navegando na volatilidade: Oportunidades, políticas e a revolução regulatória nos investimentos (8 e 9 de outubro)

Sob a liderança do Squad de Investimentos, a APEP promoveu este encontro com especialistas de mercado e representantes da PREVIC para analisar tendências econômicas, oportunidades de alocação e desafios regulatórios que impactam diretamente a gestão dos fundos de pensão. A programação, estruturada em dois dias de debates intensos, priorizou a construção de estratégias para portfólios mais resilientes frente às oscilações do mercado.



O primeiro dia foi dedicado à análise macroeconômica e às estratégias de renda fixa e diversificação. Os painéis discutiram:

- **Cenário Macroeconômico:** Avaliação das expectativas para a curva de juros e o impacto de um cenário de possível queda da taxa Selic na gestão dos passivos.
- **Instrumentos de Investimento:** O papel da renda fixa no novo ambiente, novas perspectivas para o FIAGRO e a grande importância da diversificação internacional.
- **Gestão Ativa:** O uso de fundos multimercados como instrumentos estratégicos para a geração de alpha e uma gestão de volatilidade mais sofisticada, permitindo que as entidades superem desafios de curto prazo sem desviar do horizonte de longo prazo.

O segundo dia deu foco na otimização de portfólios e nas novas diretrizes normativas:

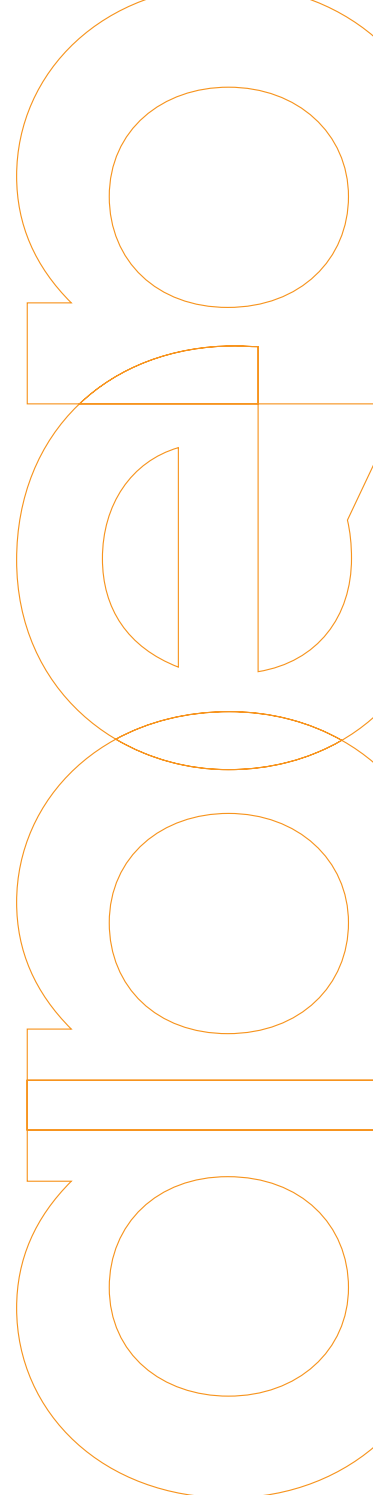
- **Mercado de Capitais:** Discussão sobre o potencial de valorização da bolsa brasileira e os ajustes necessários nas políticas de investimento para o exercício de 2026.
- **Governança e Regulação:** A PREVIC trouxe orientações sobre diversificação e governança, enquanto os especialistas analisaram os impactos concretos da Resolução CVM 175 na atuação das EFPCs, especialmente na estrutura de fundos e responsabilidades dos gestores.
- **Ativos Alternativos:** Exploração de oportunidades em ativos alternativos como motor de rentabilidade adicional, alinhando as carteiras às novas exigências regulatórias.

O conjunto dos debates reforçou que, mesmo em ambientes desafiadores, o setor dispõe de ferramentas para adotar estratégias mais eficientes, diversificadas e tecnicamente fundamentadas — elementos essenciais para garantir a sustentabilidade dos planos e a segurança dos participantes.

2.5 Eventos Nacionais e Regionais

A APEP ampliou sua presença institucional na região Sul com a participação do presidente Herbert de Souza Andrade no 3º Congresso CEPREV de Previdência Complementar, realizado em Florianópolis nos dias 27 e 28 de agosto de 2025.

Em 5 de dezembro, a Associação prestou apoio institucional ao X Seminário de Previdência Complementar, promovido pelo ICDS, em São Paulo. O evento contou com a participação do presidente Herbert de Souza Andrade no painel “Desafios e oportunidades de investimentos para os fundos de pensão”. Na ocasião, foram debatidas as perspectivas de alocação em cenários de volatilidade e as estratégias para otimização do retorno das carteiras das EFPCs.





3. SQUADS E PRODUÇÃO TÉCNICA

3.1 Squad de Investimentos

Lançou o videocast “APEP ON”, com episódios sobre gestão ativa versus passiva e investimentos internacionais. Organizou webinar sobre volatilidade, analisando cenários macroeconômicos, alocação estratégica e seleção de gestores.

3.2 Squad de Boas Práticas

Analisou a Resolução PREVIC nº 23/2023, propondo redação mais clara e alinhada à realidade das EFPCs em governança e transparência. Coordenadores Márcia Fernandes e Arthur Pires reuniram-se com Alcinei Rodrigues, Diretor de Normas da PREVIC, para alinhar trabalhos sobre segmentação das EFPCs.

3.3 Squad de Assuntos Jurídicos

Em sua primeira reunião estratégica de 2025, definiu linhas de atuação, culminando na admissão como amicus curiae no TST e monitoramento de temas como competência judicial em fundos de pensão.

Sua atuação também foi essencial na análise e na elaboração de propostas de aprimoramento para diversas resoluções do setor, participando ativamente das discussões sobre as Resoluções do CNPC nº 39, 40, 50 e 51, além da Resolução PREVIC nº 23.

4. BASE ASSOCIATIVA E EXPANSÃO

A APEP incorporou quatro novas associadas, ampliando sua representatividade e fomentando intercâmbio técnico entre entidades privadas.

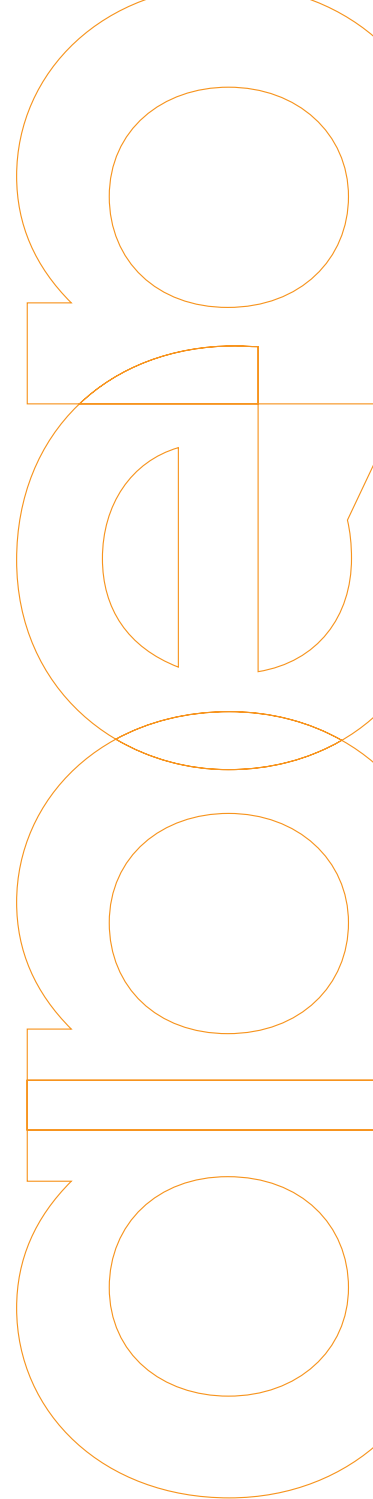
5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS

A APEP fortaleceu sua atuação com novas parcerias voltadas à educação continuada:

- Way Educação
- CEDCORP (Centro Educacional Corporativo)

Além da continuidade das parcerias com:

- IPCOM (Instituto Brasileiro de Previdência Complementar e Saúde Suplementar)
- FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras)



6. TRANSIÇÃO DE GOVERNANÇA E NOVA DIRETORIA

Ao longo de 2025, a APEP conduziu de forma estruturada o processo de formação de sua nova diretoria, envolvendo articulação entre lideranças e alinhamento institucional.

Em 16 de dezembro de 2025, a 62ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) da APEP formalizou a eleição e posse da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e Consultivo para o triênio 2026-2028.

Diretoria Executiva (2026-2028)

- **Presidente:** Arthur Pires (PRhospers)
- **Vice-Presidente:** Herbert de Souza Andrade (Fundação Itaúsa)
- **Diretores:**
 - André Natali (Fundação Promon)
 - Danielle Cristine da Silva (Funcorsan)
 - Eunice Pereira Lima (Santander Prev)
 - Fábio Saraiva (PrevDow)
 - Fernando Pimentel (Fundação Atlântico)
 - Osley de Oliveira (Syngenta Previ)
 - Renata Desidério (PreviNovartis)

Conselho Consultivo

Composto pelos conselheiros Antônio Fernando Gazzoni, Felinto Sernache Coelho Filho, José Edson da Cunha Júnior, Marcelo Macêdo Bispo e Reginaldo José Camilo.

Conselho Fiscal

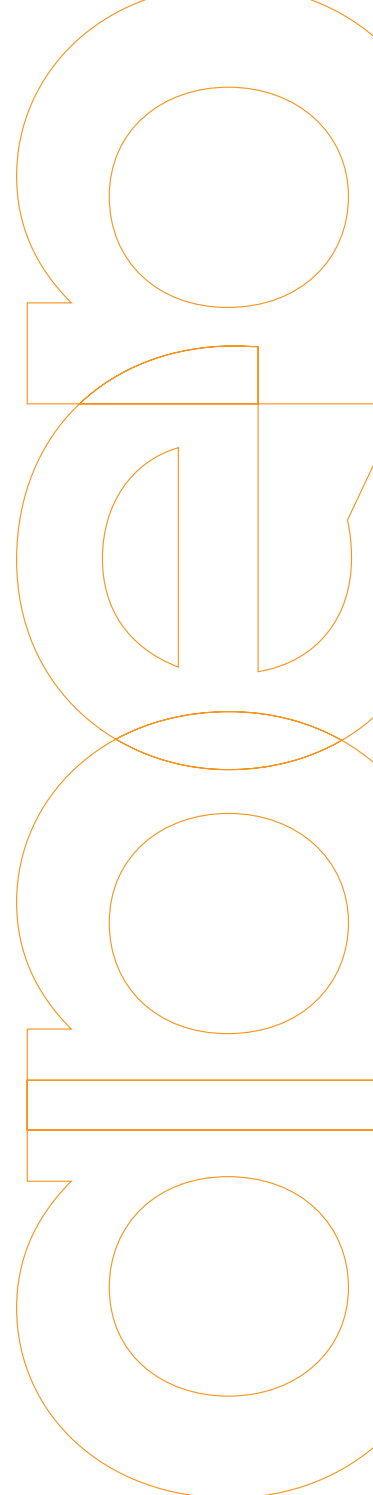
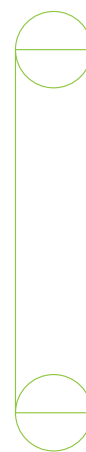
Composto pela Fundação Itaú Unibanco e pela BASF Sociedade de Previdência Complementar.

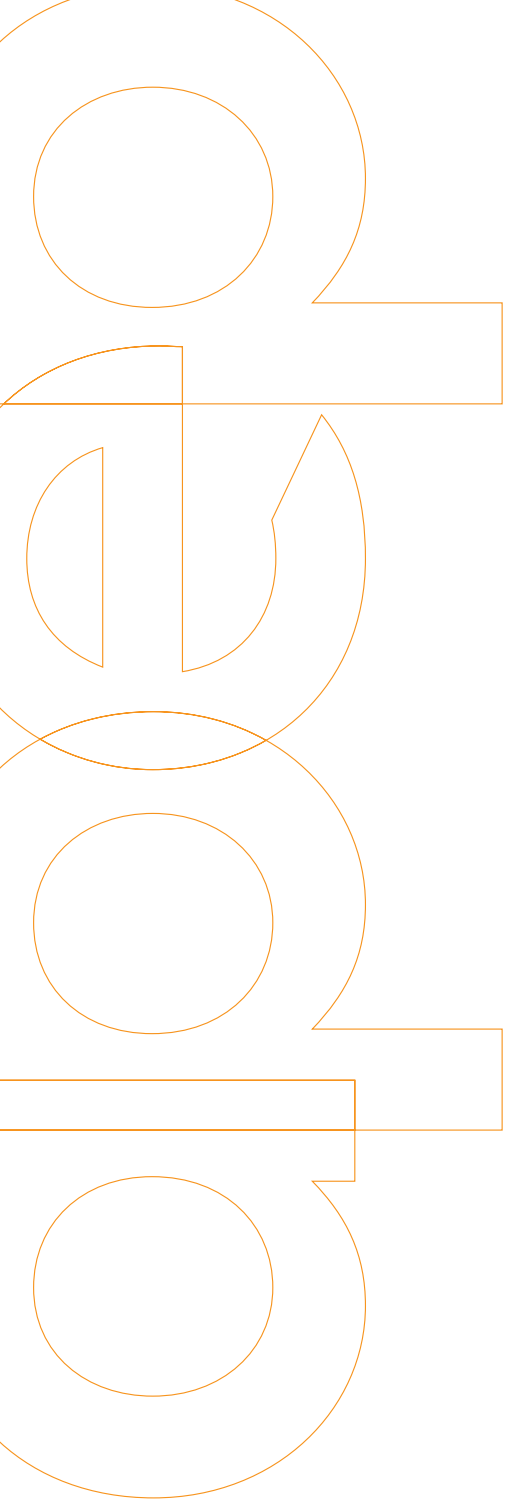
Movimentações na Governança

Encerraram seus mandatos nesta Assembleia os seguintes membros:

- **Diretoria:** Antonio José D'Aguiar (BASF), Carlos Henrique Chavão (UnileverPrev), Marcia Fernandes Kopelman (Fundação Promon) e Renata Vanni de Lima (FASC).
- **Conselho Fiscal:** Planejar - Sociedade de Previdência Complementar.

A nova gestão assume em 2026 com o compromisso de continuidade das diretrizes estatutárias e institucionais da APEP para o ciclo 2026-2028.





ENCERRAMENTO

Ao concluir o exercício de 2025, a APEP reafirma seu compromisso com a excelência técnica e a representatividade das suas associadas. As atividades desenvolvidas ao longo do ano consolidaram o papel da entidade como suporte estratégico para o aprimoramento do sistema de previdência complementar.

Com a transição de governança e a definição do planejamento estratégico para o próximo ciclo, a associação mantém o foco na defesa dos interesses do setor, na interlocução regulatória permanente e na promoção de um ambiente de maior segurança jurídica e desenvolvimento para o sistema de previdência complementar fechada no Brasil.

Relatório de Atividades

2025



Associação dos Fundos
de Pensão e Patrocinadores
do Setor Privado

Regus Paulista Center 3
Avenida Paulista, 2064, 14º andar
Cerqueira César
São Paulo, SP
CEP 01310-200
T 11 2844-4258
www.nova-apep.org